

199ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às quinze horas, o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet, devido ao contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), visando impedir o seu alastramento, não podendo ser realizada reunião presencial, o que traria aglomeração de pessoas contrariando o isolamento social, estabelecido conforme Decreto Estadual Nº 64.881, de 22 de março de 2020. Presentes os membros do Conselho Fiscal: Cristiano Paulo Silva (Presidente do Conselho), Adriana Zambotto, Marcia Regina Paiva Silva Rossi e Priscila Sousa Giorgeti Vieira. O Presidente do Conselho deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos principalmente nesse momento de crise sanitária e informou que realizou a fiscalização presencialmente das contas do referido mês no Instituto, as aprovando. O Presidente do Conselho passou a palavra para a Diretora Financeira do CaraguaPrev que apresentou o item da pauta que trata da prestação da Prestação de Contas do mês de SETEMBRO de dois mil e vinte, assim foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras, bem como os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução número três mil novecentos e vinte e dois do Conselho Monetário Nacional. Após a Diretora Financeira do CaraguaPrev apresentou o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2020. Explicou ainda que o mês de setembro de 2020 obteve uma rentabilidade negativa devido a muitas incertezas fiscais no Brasil e com o mercado sofrendo oscilações consideráveis, os principais fatores foram: Setembro foi um período de perda generalizada para as principais classes de ativos, da renda fixa às ações, com exceção do dólar. Até o ouro, um tradicional porto seguro, terminou o mês em queda de 1,61%; O Ibovespa fechou o mês em queda de 4,8% no mês de setembro, o pior desde março, marcado pelo temor fiscal que perdura desde que o presidente do país derrubou a ideia do Renda Brasil no dia quinze de setembro; Na renda fixa, os referenciais calculados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) amargaram quedas também. O IRF-M, que acompanha uma cesta de títulos públicos prefixados, teve recuo de 0,56% no mês e o IMA-B, que reflete a variação de papéis atrelados à inflação, caiu 1,51%; O Tesouro vai enfrentar uma fatura de R\$ 643 bilhões em dívidas do governo que vencem entre janeiro e abril do ano que vem, o valor equivale a 15,4% da dívida interna brasileira e colocou o governo em alerta. O Banco Central já até deu o nome de choque fiscal; As eleições municipais também atrasam as reformas que podem aliviar o

quadro de deterioração fiscal; Os gastos excessivos do governo na pandemia, que elevaram a dívida pública para quase 100% do PIB, deram o start para o sentimento de desconfiança no investidor, agravada pelas investidas populistas do Presidente do País, nesse contexto de incerteza fiscal, a inflação voltou a dar sinal de vida; A agenda nos Estados Unidos tem dois indicadores de peso, com as vendas no varejo e a produção industrial, mas a preocupação com a ameaça da segunda onda da covid-19 e a espera pela disputa presidencial do dia três de novembro emperra o pacote de estímulos à economia, sendo que a volatilidade também vai marcar o mês de outubro, diante das preocupações com o risco fiscal e da aproximação das eleições americanas; Na Europa os assuntos giram em torno da disseminação do corona-vírus e o Brexit, em relação ao Brexit, parece que as negociações estão longe de chegarem ao fim, a União Europeia alega quebra do acordo de saída; Na Ásia, os mercados sofreram queda em setembro, tendo como principal fator as preocupações com as contínuas tensões sino-americanas e as oscilações nos mercados estrangeiros devido a temores sobre uma segunda onda de corona-vírus. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Após a apresentação financeira, foi comunicado ao Conselho o recebimento do Ofício n.º 11/2020 – Gab/SEFAZ, que trata da suspensão do repasse da contribuição patronal desde o mês de maio de 2020, onde o Secretário da Fazenda da Prefeitura Municipal respondeu a solicitação do CaraguaPrev e informou que aguarda aprovação do Legislativo Municipal para suspensão do repasse patronal conforme trata a Lei Complementar Federal n.º 173/20 e caso o Projeto de Lei não seja aprovado, retomará o pagamento imediato da parcela do mês e a reposição dos valores devidos, de forma que a liquidação final ocorra até 31 de Dezembro de 2020. Os Conselhos Deliberativo e Fiscal foram informados do referido Ofício n.º 11/2020 por meio de e-mail. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Fiscal às quinze horas e quarenta minutos, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros do Conselho Fiscal.

CONSELHO FISCAL DO CARAGUAPREV

Adriana Zambotto
Certificação: ANBIMA CPA-10
Membro do Conselho Fiscal

Priscila Sousa Giorgeti Vieira
Certificação: ANBIMA CPA-10
Membro do Conselho Fiscal

Cristiano Paulo Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Marcia Regina Paiva Silva Rossi
Membro do Conselho Fiscal

